

DIEESE – Subseção APCEF/SP

Informe semanal – nº 208 – 28 de março de 2019

A menor taxa de juros da história?

Meios de comunicação ao anunciar, em 20 de março, Selic inalterada em 6,5% anunciaram também tratar-se da menor taxa básica de juros da história. Nominalmente, sim; realmente, não. A taxa de juros real é dada por seu percentual nominal descontada a inflação do período de contratação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Assim, título em março de 2019 com vencimento em março de 2020, à base de Selic, terá ganho real estimado de 2,5% (Tabela 1). Desde a implantação da política de metas de inflação, em 1999, as menores taxas ocorreram, pra valer, no governo Dilma. Em 2012, 1,3%; em 2014, 1%.

Tabela 1 - Taxa básica de juros nominal e taxa básica de juros descontado IPCA futuro

Meta SELIC ⁽¹⁾	IPCA ⁽²⁾	Ganho real Meta/IPCA)
1999	19,00%	12,3%
2000	15,75%	7,5%
2001	19,00%	5,7%
2002	25,00%	14,4%
2003	16,50%	8,3%
2004	17,75%	11,4%
2005	18,00%	14,4%
2006	13,25%	8,4%
2007	11,25%	5,0%
2008	13,75%	9,0%
2009	8,75%	2,7%
2010	10,75%	4,0%
2011	11,00%	4,9%
2012	7,25%	1,3%
2013	10,00%	3,4%
2014	11,75%	1,0%
2015	14,25%	7,5%
2016	13,75%	10,5%
2017	7,00%	3,1%
2018	6,50%	2,5%
2019	6,50%	2,5%
2020	3,89%	

Nota (1): Selic em dezembro de cada ano, exceto 2019, com taxa de 20 de março.

Nota (2): IPCA acumulado no ano seguinte. Até 2018, índices apurados; para 2020, 12 meses seguintes a março de 2019, estimativas

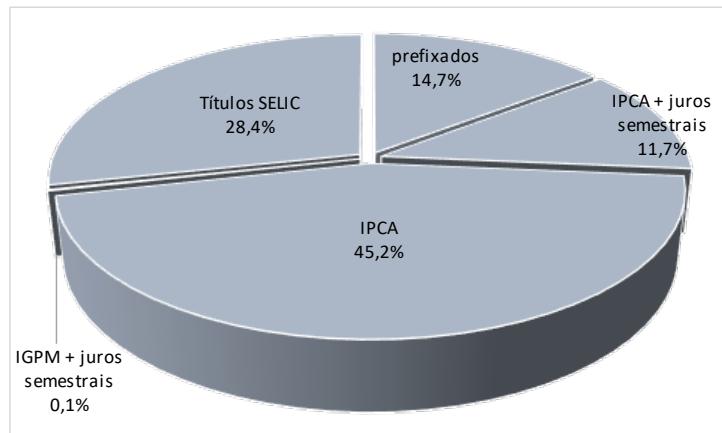
Fontes: Banco Central e IBGE

Elaboração: Dieese - Subseção APCEF São Paulo

Dívida pública e Selic

A variação da taxa básica de juros mexe com a dívida pública federal. Sua alteração interfere em taxas de contratação e, especialmente, nos títulos diretamente indexados a ela. Na base fevereiro de 2019, do total da dívida pública mobiliária (em títulos), 28,4% estavam indexados à taxa básica, a nossa famosa Selic. Os títulos com garantia de taxa real mais IPCA eram os líderes na rolagem: 45,2%

Gráfico 1 – títulos da dívida pública, indexadores e proporção da dívida mobiliária total – fevereiro de 2019



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Dieese Subseção Apcef São Paulo

Os donos da dívida

O governo pretende vender empresas sob o argumento de, com os recursos alcançados, reduzir a dívida pública. Essa cantilena embalou privatizações nos governos FHC (1995-2002) sem que a dívida fosse reduzida, embora leiloados bancos estaduais federalizados, Companhia Siderúrgica Nacional, Cia. Vale do Rio Doce, para citar apenas os notáveis. Em verdade, a existência da dívida bem remunerada – e não sua liquidação – interessa segmentos influentes. Sem ela, a alternativa seria ganhar com a economia real. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, quase toda a dívida é de – ou passa por – instituições financeiras.

Gráfico 2 – detentores de títulos da dívida mobiliária federal - fevereiro de 2019



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Dieese Subseção Apcef São Paulo